

Ministério da Educação
Secretária de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

População Indígena no Brasil

- ❖ População total: 817.963 pessoas (0,42% da população brasileira)
- ❖ População Aldeada: 502.783 (61,46% p.i)
- ❖ População urbana: 315.180 (38,54% p.i)
- ❖ 305 etnias
- ❖ 274 línguas indígenas faladas

Informações Gerais sobre Educação Escolar Indígena (INEP/2014)

- ❖ 3.130 escolas em atividade
- ❖ 1.422 estaduais
- ❖ 1.654 municipais

Informações Gerais sobre Educação Escolar Indígena (INEP/2014)

- ❖ 239.665 alunos na educação básica
- ❖ 25.837 na educação infantil – 10%
- ❖ 172.798 alunos no Ensino Fundamental – 72%
 - 112.387 – Anos Iniciais – 46%
 - 60.411 – Anos Finais – 25%
- ❖ 16.795 alunos no Ensino Médio – 7%
- ❖ 20.416 alunos na EJA Fundamental – 8%
- ❖ 2.795 alunos na EJA Médio – 1%
- ❖ 80% dos estudantes indígenas no Ensino Fundamental, incluindo EJA

Informações Gerais sobre Educação Escolar Indígena (INEP/2014)

- 18.456 professores nas escolas indígenas
- 10.308 autodeclarados indígenas
- 3.392 não declarados
- 7.916 possuem formação superior
- 9.251 possuem ensino médio

Informações Gerais sobre Educação Escolar Indígena (INEP/2014)

- ☐ Infraestrutura nas escolas indígenas
 - 887 sem prédio próprio – 29%
 - 1.728 sem acesso à energia pública – 56%
 - 2.710 escolas sem acesso a Laboratório de Informática – 87%
 - 2212 escolas sem acesso a computadores – 72%
 - 2.654 sem acesso à internet – 87%

Marcos legais e Políticos

CF 1988, LDB/1996, PNE/2001 e 2014, Decretos, Resoluções do CNE/1999 e 2012, I Coneei/2009

- ❖ Escola indígena autônoma, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica, diferenciada e comunitária
- ❖ Processos próprios de ensino-aprendizagem e pedagogias indígenas
- ❖ Categorização da Escola, do Professor e do Magistério Indígena
- ❖ Escola indígena com normas e ordenamento jurídico próprios
- ❖ Formação inicial e continuada específica

Marcos legais e Políticos

- ❖ Criação da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) 2003
- ❖ Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC, 2004)
- ❖ Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI) 2004
- ❖ Participação indígena no Conselho Nacional de Educação (CNE) 2002
- ❖ I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I CONEEI, 2009)
- ❖ Criação dos Territórios Etnoeducacionais – 2009

Financiamento

- ❖ PNAE (valor específico para alunos indígenas em 2003 (dobro))
- ❖ PDDE (Escolas com UEX)
- ❖ Coeficiente específico no FUNDEB para alunos indígenas em 2007 (20%+).
- ❖ PAR (subações de apoio técnico e financeiro aos estados e municípios para os Territórios Etnoeducacionais)
- ❖ Editais do PROLIND (2005, 2008, 2009, 2013)
- ❖ Editais Capema (2005, 2009, 2013)
- ❖ Edital PNBE/Temático (2012)
- ❖ Edital PNBE/Indígena(2014)
- ❖ Edital Abdias do Nascimento (2014)

Territórios Etnoeducacionais (TEEs)

Os TEEs compreendem “[...] as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados”.

Territórios Etnoeducacionais (TEEs)

fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos TEEs;

Territórios Etnoeducacionais (TEEs)

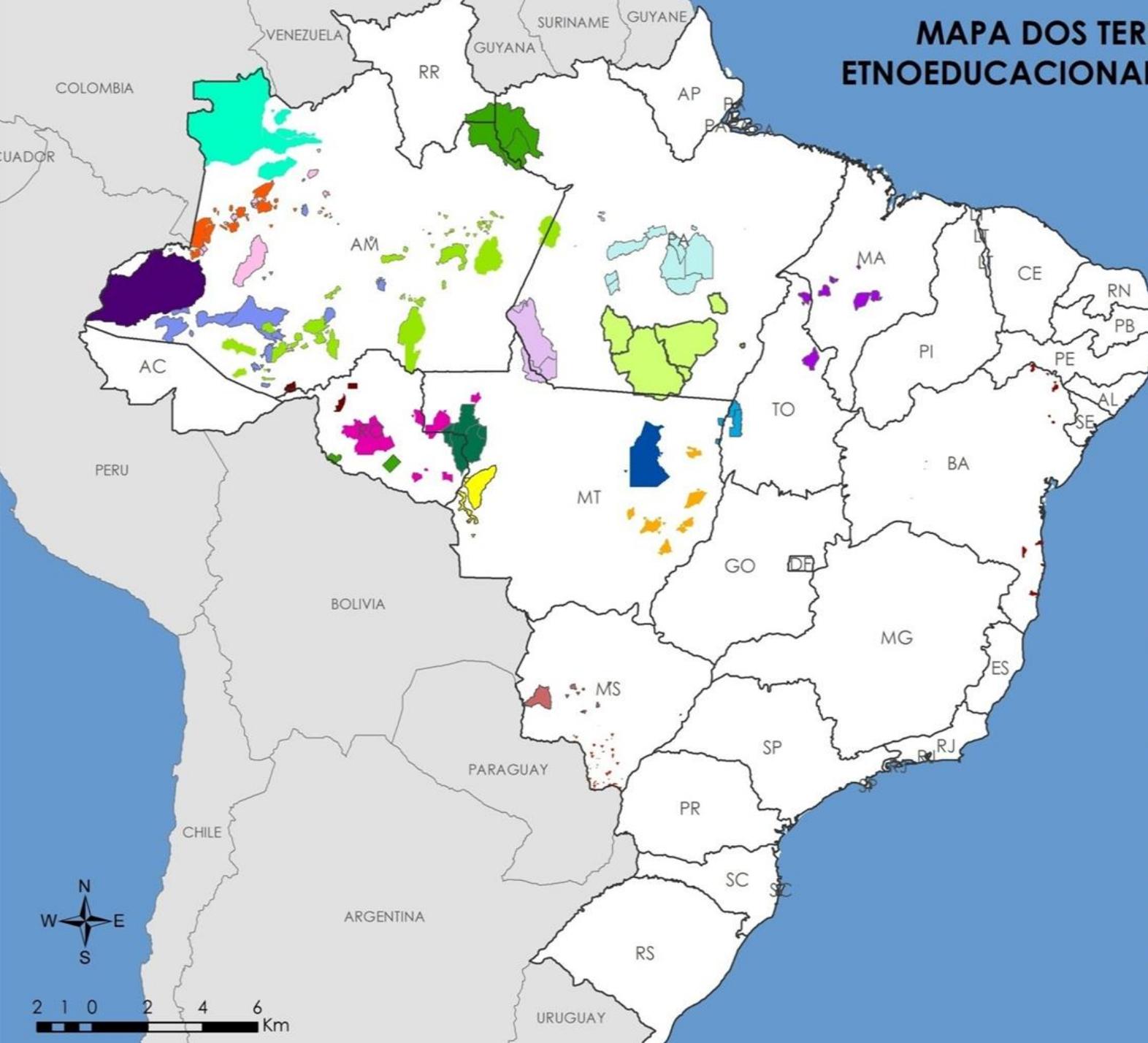
Os TEEs estão ligados a um modelo de gestão das políticas educacionais indígenas pautado pelas ideias de

- ✓ territorialidade,
- ✓ protagonismo indígena,
- ✓ interculturalidade,
- ✓ aperfeiçoamento do regime de colaboração.

MAPA DOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS PACTUADOS

Legenda

- Alto Solimões
- A'uwe Uptabi
- Baixo Amazonas
- Cinta Larga
- Cone Sul
- Ixamná
- Juruá/Purus
- Médio Solimões
- Médio Xingu
- Povos do Pantanal
- Pykakwatynhre
- Rio Negro
- Tapajós e Arapiuns
- Timbira
- Tupi Mondé
- Tupi Tupari
- Tupi Txapakura
- Vale do Araguaia
- Vale do Javari
- Xingu
- Yby Yara
- Yjhukatu
- UFs
- América do Sul
- Oceano



TEEs Pactuados

- | | |
|--|---|
| 1. Baixo Amazonas (AM) - 21/05/2009 (pactuação) e 04/11/2009 (assinatura do Plano de Ação) | 13. Vale do Javari (AM) – 29/11/2010 |
| 2. Rio Negro (AM) - 18/12/2008 (pactuação) e 25/05/2009 (assinatura do Plano de Ação) | 14. Ixamná (PA) - 08/2010 |
| 3. Povos do Pantanal (MS) – 28/08/2009 | 15. Tupi Mondé (RO) – 26/10/2011 |
| 4. Cone Sul (MS) – 10/11/2009 | 16. Tupi Tupari (RO) – 26/10/2011 |
| 5. A'uwê Uptabi (MT) – 22/03/2010 | 17. Tupi Txapakura (RO) – 28/10/2011 |
| 6. Juruá/Purus (AM) – 11/06/2010 | 18. Yjhukatu (RO) – 28/10/2011 |
| 7. Xingu (MT) – 28/08/2010 | 19. Vale do Araguaia (MT, TO, GO e PA) – 24/11/2011 |
| 8. Yby Yara (BA) – 17/09/2010 | 20. Timbira (TO e MA) – 26/11/2011 |
| 9. Médio Solimões (AM) – 07/10/2010 | 21. Tapajós e Arapiuns (PA) – 13/12/2011 |
| 10. Cinta Larga (MT e RO) – 20/10/2010 | 22. Médio Xingu (PA) – 20/05/2012 |
| 11. Pykakwatynhre (PA) – 24/10/2010 | 23. Yanomami e Ye'kuana (AM e RR) – 13/12/2013 |
| 12. Alto Solimões (AM) – 29/11/2010 | 24. Potyrõ (CE e PI) – 22/05/2014 |
| | 25. Serra Negra Berço Sagrada – 19/09/2014 |

TEEs EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

1. Nambikwara (MT)

2. Oiapoque (AP)

3. Tenetehar Waywy Zemu' E Haw –
Tembé e Ka'apor (PA)

TEEs EM PROCESSO DE CONSULTA

1. Noroeste do Mato Grosso (MT)
2. Médio Norte Haliti - Paresi (MT)
3. Baixada Cuiabana (MT)
4. Bakairi (MT)
5. Povos do Sul – Kaingang, Xetá, Xokleng e Charrua (RS, SC e PR)
6. Litoral Sul – Guarani Mbya (RS, SC, PR, RJ, SP e ES)
7. Guajajara (MA)
8. Paraíba e Rio Grande do Norte
9. Alagoas e Sergipe
10. Parque do Tumucumaque e Wajãpi (AP)
11. Acre
12. Roraima - Lavrado
13. Kayabi e Apiaká (MT e PA)

Definições

- ✓ Instrumentos de organização (planejamento e gestão) das políticas e ações da EEI
- ✓ Áreas definidas a partir da consulta aos povos indígenas, baseadas em suas interações sociopolíticas, culturais e linguísticas com vistas ao fortalecimento de suas identidades étnicas e a garantia dos seus territórios

Definições

- ✓ O Ministério da Educação é o coordenador da implantação, do acompanhamento e da avaliação da EEI (da política dos TEEs), respeitada a autonomia e mantidas as responsabilidades e competências dos entes federativos.
- ✓ A Comissão Gestora é uma instância mista e representativa responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Plano de Ação.
- ✓ O Plano de Ação é o documento orientador para a execução das ações do TEE indicadas como prioritárias a partir de diagnóstico elaborado pela Comissão Gestora.

Composição da Comissão Gestora

- ✓ Representantes de cada povo indígena integrante do TEE;
- ✓ Ministério da Educação – MEC;
- ✓ Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- ✓ Secretarias de Educação do(s) Estado(s) e Município(s) de abrangência do TEE;
- ✓ Instituições de Ensino Superior;
- ✓ Organizações indígenas e indigenistas com atuação na educação escolar indígena no âmbito do TEE;
- ✓ Ministério Público (convidado).

Responsabilidades da Comissão Gestora

- ✓ Elaboração do diagnóstico;
- ✓ Elaboração do Plano de Ação;
- ✓ Elaboração do regimento interno;
- ✓ Participação nas reuniões ordinárias;
- ✓ Socialização das informações;
- ✓ Acompanhamento e avaliação das ações.

Passos para implementação

1. Informação e consulta para a definição do TEE (anuência dos povos indígenas e definição da abrangência geográfica e étnica do TEE);
2. Processo de constituição e instalação da comissão que elaborará e acompanhará o Plano de Ação do TEE;
3. Diagnóstico da situação da Educação Escolar Indígena no TEE;
4. Elaboração do Plano de Ação;
5. Pactuação do Plano de Ação;
6. Execução, acompanhamento e avaliação.

Avaliações e Perspectivas

- ✓ Ações executadas a partir de um Plano de Ação articulado e etnoterritorializado
- ✓ Organização e execução das ações a partir das configurações dos TEEs (e não das configurações isoladas de Estados e Municípios)
- ✓ Planejamento da EEI realizado pelas Comissões Gestoras com base em diagnósticos melhor circunstanciados das diferentes situações da EEI

Avaliações e Perspectivas

- ✓ Participação indígena em todas as etapas do processo de definição e implementação dos TEEs
- ✓ Aproximação dos espaços de decisões dos povos e comunidades indígenas
- ✓ Construção de espaços de participação e de socialização das informações

Avaliações e Perspectivas

- ✓ Conhecimento das fontes de financiamento da EEI e monitoramento da aplicação dos recursos
- ✓ Melhor definição de responsabilidades e competências
- ✓ Regime de colaboração como prática
- ✓ Autonomia e autodeterminação indígenas: transformação da relação dos povos indígenas com o Estado e com a sociedade

Avaliações e Perspectivas

- ✓ Melhor compreensão, por parte dos entes federados, das limitações das políticas universais para os povos indígenas
- ✓ Experiência de vanguarda na regulamentação do regime de colaboração no âmbito das políticas de Educação Escolar Indígena
- ✓ Aponta para a criação do Sistema Nacional de Educação Escolar Indígena, articulado com o Sistema Nacional de Educação

Desafios

- ✓ Coordenação do MEC (gestão política, assistência técnica aos estados e municípios);
- ✓ Logística (realização de eventos nas comunidades/terras indígenas);
- ✓ Execução da política pelos entes federados (baixa execução dos recursos, pouca abertura para a participação dos indígenas nas instâncias de controle social).

contatos

- Paulo Gabriel Soledade Nacif
- secadi@mec.gov.br
- (61)2022-9017
- (61)2022-9331